



**O Paralelismo do Absurdo:
1964 – O Brasil entre Armas e Livros e seus Desserviços Históricos e Sociais**

Ítalo Nelli Borges¹

Resumo: Este texto tem a intenção de provocar reflexões históricas através da análise das formas de atuação política e histórica do Brasil Paralelo, mais especificamente sobre o recém lançado documentário “1964 – O Brasil entre Armas e Livros”. Neste sentido, o presente artigo se desenvolve adentrando três caminhos articulados: análise da linguagem cinematográfica aplicada à referida produção, o exame das bases historiográficas sobre o golpe e a ditadura que norteiam as interpretações do filme e a reflexão, a partir das complexidades da História Pública digital, acerca de visibilidades e invisibilidades da história em âmbito público e suas relações com as diversas audiências possíveis.

Palavras-Chave: Cinema, Historiografia, História Pública.

**The Parallelism of the Absurd:
1964 – Brazil Between Arms and Books and their Historical and Social Disservices**

Abstract: This paper aims to make historical analyzes through the analysis of the forms of political action of the country and the world 1964 – Brazil between Arms and Books. In this sense, the present paper is described as three articulated paths: the analysis of the cinematographic language applied to production, the examination of the historiographical bases on the coup and the dictatorship of the north as interpretations of the film and reflection, from the complexities of the history of public education, visibilities and invisibilities of history in general and relations with the possible audiences themselves.

Keywords: Cinema, Historiography, Public History.

Introdução

A memória histórica praticada pela sociedade tem o costume de se apegar a efemérides do modo que não é raro encontrarmos um destaque especial quando a data é fechada em décadas. No caso do golpe de 1964, há normalmente uma grande movimentação midiática, acadêmica e editorial a cada década de aniversário do 01 de abril, tem sido assim em 1994, 2004 e 2014. Em 2019 completamos 55 anos do golpe e o evento mais estrondoso desta vez é o documentário “1964 – Entre Armas e Livros”, dirigido por Felipe Valerim e Lucas Ferrugem.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI/UFU). Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro do Núcleo de Estudos de História Social da Arte e da Cultura (NEHAC/UFU). Email: italo.nborges@gmail.com.



De saída, após assistir ao documentário, há muitas questões referentes a pelo menos três aspectos; estéticos e da linguagem cinematográfica, dos tratamentos à historiografia sobre o golpe e a ditadura e relativos à dimensão pública da História associada à depreciação das universidades públicas. Tudo isto será abordado no decorrer do texto, no entanto é preciso, antes de mergulhar no filme, falar um pouco sobre a organização que o produziu; o Brasil Paralelo.

A referida Organização considera-se uma produtora independente de documentários sobre política e história enfatizando que não recebe dinheiro público e se mantendo através de assinaturas proveniente de seus membros². Em um vídeo promocional, explicita que o seu início aconteceu em decorrência de inquietações relacionadas a questões sociais e políticas em 2013/14 e, de acordo com o vídeo, na tentativa de entender o que acontecia no Brasil daquele momento, perceberam que havia uma gama de pessoas formadoras de opinião (muitas presentes no documentário sobre 1964) que se posicionavam sobre o processo, mas que não tinham espaço na mídia tradicional e que desejavam ser mais um canal de difusão para essas pessoas. Resumindo, a partir disto, decidiram tocar um projeto de entrevistas com esses sujeitos e daí surgiu o primeiro produto audiovisual da Organização³.

Aqui já cabe uma rápida problematização; parte das pessoas formadoras de opinião apresentadas no vídeo são notórios conservadores brasileiros como o filósofo autoproclamado Olavo de Carvalho e o filósofo de formação escolar Luiz Felipe Pondé, este último contrariando o que é dito no vídeo, com amplo espaço no que chamam de mídia tradicional. O que chama a atenção é o que, através do vídeo, o Brasil Paralelo considera-se importante por dar voz e inserção social a algumas pessoas que, de todo modo, já a possuem, nesse caso o que a Organização faz é nada mais do que sintonizar públicos de personalidades distintas, mas que confluem numa mesma visão de mundo. Deste modo, não há, por parte do Brasil Paralelo, a revelação da fala de sujeitos, mas sim mais um canal de difusão discursiva dos mesmos.

O vídeo também passa a ideia de que não existem pessoas posicionadas à direita do espectro político ou conservadores no espectro ideológico nas mídias tradicionais e que eles, de maneira quase revolucionária, criaram um canal de comunicação alternativo para livrar o Brasil

² Consultar: <https://brasilparalelo.com.br/regime-militar/>.

³ Consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=9RDrKmAvsik>.



deste suposto problema. Esta afirmação é evidentemente improcedente –direitistas e conservadores possuem presenças consolidadas nas mídias tradicionais – e tenta criar uma confusão provocando a ideia de que se não existem formadores de opinião alinhados à sua compreensão de mundo – à direita – e por consequência a mídia brasileira tradicional seria de esquerda ou, no máximo, de centro. Portanto, em certa medida, fica explícita a ideia de que esta mídia tradicional é dominada pela ideologia de esquerda em se tratando de formar opiniões. Aliás, este é um tom recorrente da Organização não só para os veículos de comunicação, como para outros setores importantes da sociedade brasileira, como as universidades públicas.

Certamente o produto de maior sucesso do Brasil Paralelo, embora existam séries sobre política e história do Brasil, é o documentário sobre 1964. Entretanto, desperta nossa curiosidade o fato da Organização também possuir um núcleo de formação para assinantes. No *site* atualmente não há explicitação sobre do que se trata especificamente esta formação, apenas que haverá aulas semanais ao vivo com professores como os já citados Olavo de Carvalho e Pondé e, entre outros, com os historiadores Rafael Nogueira e Thomas Giulliano. Consequentemente, o Brasil Paralelo não se restringe a produções audiovisuais, mas sim expande sua atuação para formação intelectual e ideológica que condensa aspectos do conservadorismo e do neoliberalismo. Ainda que não haja uma especificação do que seja tal formação, pelo perfil dos professores e pelo próprio conteúdo produzido por eles, é possível chegar nesta conclusão.

Esta formação, que não tem ligação nem credenciamento junto ao Ministério da Educação, parece ser motivada no diletantismo de quem se propõe a fazê-la. A grande crítica que podemos tecer ao Brasil Paralelo não reside em suas concepções de realidade, mas sim que, através de seus cursos e documentários, eles propagam buscar um novo Brasil iluminando mentes e corações em busca de uma verdade histórica intransponível e reveladora atacando basicamente a esquerda e cometendo uma série de reducionismos e equívocos acerca de aspectos processuais e epistemológicos da História.

É neste sentido que prosseguimos com nossa análise agora direcionada para nuances gerais estéticas e de linguagem e narrativa cinematográfica para o documentário 1964 – Entre Armas e Livros tendo a intenção de apresentar exatamente o que o documentário e a própria



Organização que o produz diz combater com veemência: a parcialidade interpretativa da História.

A Fórmula da Linguagem Preguiçosa

O documentário de 127 minutos é estruturalmente dividido em 3 partes; inicialmente tratando do contexto histórico antes do golpe, sobretudo referente ao período da Guerra Fria, a segunda parte concentra a abordagem sobre o processo do golpe e, finalizando, uma abordagem geral sobre a Ditadura até a redemocratização. É importante comentar que antes de começar, de fato, o documentário apresenta uma espécie de prólogo de pouco mais de 1 minuto relatando que a obra tinha passado por censura ao não ser exibida em faculdades e redes de exibição cinematográfica. A justificativa é que, pelo menos nos espaços educacionais, qualquer iniciativa que seja contra a pauta da extrema-esquerda é rechaçada e impedida de ser veiculada possibilitando, inclusive, perseguições de pessoas favoráveis afins ao viés ideológico do filme. Este trecho é construído através de um narrador *off* e várias imagens de manchetes que trazem algo sobre o filme, sem apresentar mais detalhes destas censuras e represálias.

Ao apresentar verbalmente que o filme vai contra as pautas da extrema-esquerda e mesclando na montagem imagens de manchetes jornalísticas sobre as polêmicas envolvendo a produção, há a criação de um vínculo discursivo entre o que é falado e o que é mostrado visualmente. Esta associação permite alguns apontamentos intrigantes como uma manchete do blog do jornalista Reinaldo Azevedo, um exímio crítico da esquerda, sem o menor vínculo ideológico com a mesma e declaradamente liberal, criticando a perspectiva histórica do filme e ressaltando que ele fora divulgado pelo Deputado Eduardo Bolsonaro⁴.

Outra associação imagem-som que articula a crítica do filme como sendo tributária da extrema-esquerda é a manchete da coluna do professor do Departamento de História da UFRGS Fernando Nicolazzi dedicada a um exame crítico das percepções históricas e historiográficas do Brasil Paralelo em relação a 1964⁵. Dessa forma, já no primeiro minuto de exibição, temos duas tônicas do discurso do Brasil Paralelo em relação a seus críticos; condensá-los como

⁴ Consultar: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/02/06/filho-de-bolsonaro-divulga-documentario-que-defende-a-ditadura/>.

⁵ Consultar: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>.



esquerda ou extrema-esquerda de maneira generalizada atribuindo-lhes sentidos depreciativos e ataques direto a professores de História e jornalistas de uma tal *imprensa vermelha*.

Em linhas gerais, o documentário é pouco criativo e obsoleto no uso da linguagem do cinema, pode ser caracterizado como um *talking heads* restrito apenas a plano fixo do entrevistado (normalmente utilizando plano americano), imagens e computação gráfica que ratificam o discurso do entrevistado complementados por narração em *off* que também tem a intenção de moldar o raciocínio do espectador diante do conteúdo audiovisual. Sobre esta narração, chama atenção o fato de ela, a depender do momento narrativo do filme, ser mais ou menos presente. Via de regra ela é presença constante, porém no momento de contextualização internacional da Guerra Fria e da polarização sociopolítica da segunda metade do século XX intencionada em construir um maniqueísmo simplório destacando a maldade do comunismo soviético *versus* os ideais libertadores da democracia liberal norte-americana, a voz *off* do narrador é excessiva sendo, em alguns momentos, mais presente do que a voz dos próprios entrevistados. Isto além de ser contraproducente do ponto de vista da linguagem, revela uma intensa necessidade de direcionar o espectador pro eixo interpretativo do realizador.

A trilha sonora é continuamente densa, arrebatadora, como se preparasse ininterruptamente o espectador para uma revelação bombástica. Esta revelação, evidentemente, configura-se como a grande verdade trazida pelo documentário; desvendar a conspiração esquerdista para implantar uma ruptura democrática no Brasil seguindo os moldes da URSS e transformar o que de fato aconteceu (o golpe de 1964 e a ditadura posterior) como reações necessárias e indispensáveis da direita para evitar o golpismo da esquerda.

Em se tratando de aspectos fotográficos, é sempre usada uma configuração de imagem em contrastes predominantemente frios e escuros utilizando lentes que desfocam o segundo plano para focalizar o que está em primeiro plano (os entrevistados quase sempre em plano americano fixo), o que demonstra uma previsibilidade e monotonia na obra. Outro fator exclusivamente na imagem que nos chama atenção é que numerosas vezes ao longo do filme surgem algumas mensagens na zona inferior do quadro contendo informações gerais sobre o filme e o Brasil Paralelo sugerindo que o espectador associe-se à Organização via assinatura para obter as entrevistas completas feitas para o filme e insiste que o Brasil Paralelo não conta



com financiamento público, portanto é de extrema importância tornar-se um membro da Organização.

De modo geral, mesmo sem se ater ao seu conteúdo, o documentário é cansativo. O espectador passa mais de duas horas convivendo com uma fotografia previsível e monótona, trilha sonora densa incessante pretendendo manter uma atmosfera tensa e a todo momento desviando a atenção para o *marketing* materializado em letreiros solicitando associação. Todos estes fatores desembocam num uso pobre da linguagem cinematográfica. Uma vez que temos uma compreensão geral estrutural da obra, a seguir nos concentraremos em algumas questões referentes ao seu conteúdo histórico e historiográfico.

Equívocos Históricos e Historiográficos

O olhar panorâmico para o conteúdo do documentário permite compreender que o que se atribui como revelação da verdade histórica significa, no limite, antagonizar a esquerda o máximo possível e direcionar a interpretação de que tudo que aconteceu – inclusive as situações de violência social, individual e política – caracterizam-se como ações reativas das forças democráticas ao que chamam de perspectivas antidemocráticas impregnadas na esquerda brasileira. Este momento do texto foca em identificar e analisar alguns problemas nas interpretações trazidas no filme e quais são suas filiações historiográficas com a intenção de apreender que o discurso que o Brasil Paralelo traz sobre o golpe e a ditadura não estão inteiramente descolados de parte da historiografia sobre o tema. Faço questão de enfatizar tal filiação historiográfica não é total, *ipsis litteris*, porém há uma materialização audiovisual de interpretações centrais de alguns textos e autores no que toca todo o processo vivido entre 1964 e 1985.

Evidentemente que é inviável fazer aqui uma dissecação do filme analisando e debatendo ponto por ponto do que pode ser considerada como interpretações problemáticas. Entretanto, é importante tocar em algumas questões que são essenciais para o documentário estabelecer suas linhas cognitivas de modo a acomodar suas interpretações históricas. A primeira preocupação do filme consiste em relacionar a URSS no contexto da Guerra Fria com toda a esquerda brasileira e a atuação política de João Goulart até antes do golpe. Para isso, há uma necessidade de contextualizar, nos moldes do Brasil Paralelo, a polarização sociopolítica da Guerra Fria. A primeira fala de entrevistados do filme toca exatamente este ponto e ao



mesmo tempo comete um equívoco teórico para a compreensão histórica quando o jornalista Percival Puggina afirma que é praticamente impossível alguém que não tenha vivido a Guerra Fria tenha condições avaliar o que ocorreu em março de 1964 no Brasil.

Naturalmente que podemos considerar tal afirmação como exemplo de exercício retórico para Puggina fortalecer seus próprios argumentos. Entretanto, não devemos esquecer que o documentário está supostamente preocupado com a História e, do ponto de vista da reflexão histórica, a afirmação do jornalista está completamente equivocada. Se estabelecermos que só tem autoridade para falar de certo processo histórico quem o viveu, reduziremos a História relatos de pessoas vivas que viveram certa experiência a ser analisada, e a viveram de acordo com suas bagagens, repertórios, lugares e opiniões. A História não restringe a isto e, via de regra, ela é representada na historiografia tempos depois de seus acontecimentos e por pessoas que não a viveram diretamente. Se a intenção do documentário é promover uma apreensão histórica qualificada do que diz respeito a 1964, a tarefa já começa a ser executada de maneira desastrosa.

Ainda sobre URSS e Guerra Fria, este é o período que mais parece dispor de uma base documental para referendar interpretações ao longo do filme. Há o uso de Kraenski e Petrilák (2017). Os autores, a partir de um estudo de documentos da StB (uma espécie de KGB instalada na então Tchecoslováquia), apontam a presença de agentes do órgão tcheco no Brasil e suas relações com organizações de esquerda no intuito de realizar uma revolução socialista. Ainda que haja relações de órgãos de inteligência do bloco soviético com setores da esquerda brasileira ou de relações diplomáticas legítimas entre o governo brasileiro e governo de países soviéticos ou sob sua influência, isto não significa dizer, e nem há dados que comprovem empiricamente, uma direta e quase irreparável influência soviética com o centro do poder político brasileiro, sobretudo se levarmos em consideração que nem Goulart e muito menos Jânio Quadros tinham inclinações revolucionárias à esquerda. O que se faz ao longo do filme é um exercício de suposição, e poderíamos supor que, se existisse tanto empenho e associação da StB com o poder político brasileiro, por que, então, não houve nenhuma reação dos comunistas ao que ocorreu em 1964? O grande problema do filme é que a partir da suposição chega-se a convicção de que o Brasil estava em grande iminência de tornar-se comunista executando uma experiência análoga do que ocorrera em Cuba.



Ademais, o filme está repleto de afirmações convictas sobre a inclinação comunista no Brasil através do governo de Goulart. A historiografia utilizada de maneira coerente é o melhor remédio para este problema, neste sentido cabe uma abordagem mais qualificada sobre as reformas de base que se fortalecem no final do governo Jango. As reformas encabeçadas por movimentos sociais, de modo geral, eram formas “de assegurar uma economia mais justa e menos desigual, um poder político mais democrático, uma cultura mais livre, nacional e afirmativa” (REIS FILHO, 2001, p. 330).

As reformas que atingiam setores educacionais, políticos e econômicos e agrários, Toledo (1994), afirma o objetivo das mesmas como uma forma de viabilização e democratização da propriedade privada no Brasil. É importante deixar este ponto bem explícito uma vez que democratização da propriedade privada jamais poderia ser confundida como iminência comunista. O caso da reforma agrária é bem emblemático; usado como argumento pela direita conservadora favorável ao golpe como prova de que Goulart intencionava realizar uma coletivização do campo aos moldes da Revolução Russa quando, na verdade, a intenção do governo brasileiro era estimular a pequena propriedade privada como polo de produção agropecuária, o que evidentemente não guarda nenhuma relação com o comunismo.

Ainda pensando em questões centrais para o desenvolvimento da narrativa histórica no documentário, um elemento bastante incômodo para construir uma interpretação histórica bem fundamentada concentra-se em omissões que a obra faz em relação à influência do capitalismo internacional no processo de implantação do golpe de 1964. No filme, tudo de ruim emana da esquerda antidemocrática aparelhada pela URSS e não há uma mínima menção a poderosos setores econômicos nacionais e internacionais que passaram anos difundindo propaganda anticomunista afim de atacarem a esquerda de modo geral e o próprio governo Goulart quando ia de encontro a seus interesses.

Aqui convém citar o já clássico estudo de Dreifuss (1981) afirmando o interesse de classe na orquestração do golpe de modo que desde a década de 1950 o Brasil já era dependente do capital estrangeiro e que este mirava como inimigo o plano nacional reformista de Jango. O autor também levanta uma ampla quantidade de dados que comprovam a participação do capital nacional associado ao internacional na criação de institutos civis (IPES e IBAD) ativos em produzir material comunicacional, cinematográfico, simpósios contra as chamadas tendências



à esquerda do governo Goulart. Muitos integrantes desses institutos trabalhavam na imprensa em redação de Jornais como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, dentre outros.

Há também no filme a completa negação da participação norte-americana no processo do golpe. O estudo de Dreifuss citado acima já serve como uma grande rebatida nesta afirmação, entretanto é necessário apontar o estudo de Fico (2008) que tem o objetivo de analisar a participação dos Estados Unidos no golpe a partir da operação *Brother Sam* que foi uma força tarefa enviada ao Brasil para apoiar o golpe de 1964. O autor utiliza documentos da diplomacia norte-americana, especificamente um do embaixador americano no Brasil Lincoln Gordon admitindo que o Estado norte-americano gastara em torno de 5 milhões de dólares numa campanha contra Goulart (FICO, 2008, p. 77). Dessa forma, existe, pelo menos, um aparelhamento do capital nacional associado ao internacional em parceria com o Estado norte-americano aliados numa tônica golpista de ruptura democrática no Brasil.

Diferente do que comenta Olavo de Carvalho no documentário, existem muitas provas documentais de que houve participação e interesse dos Estados Unidos em todo o processo que leva até abril de 1964. Como o horizonte de expectativa Brasil Paralelo para o Brasil é moldado na sociedade norte-americana, e ainda que não haja no documentário uma negação explícita de golpe e ditadura, eles desejam não associar diretamente a ruptura da democracia brasileira via golpe de Estado em 1964 com os Estados Unidos. Isto reforça o maniqueísmo construído no filme que se caracteriza na URSS má, violenta e antidemocrática contra os arautos da democracia liberal norte-americana enquanto único modelo próspero de sociedade e no reducionismo de que a esquerda no Brasil e no mundo é uma coisa só engajada na realização, custe o que custar, de um plano diabólico de implantação do que se poderia chamar de comunismo. Obviamente são maniqueísmos e reducionismos frágeis que não resistem à análises históricas minimamente fundamentadas

Chegamos, então, num momento importante para este texto, a saber, sobre as intersecções entre o documentário do Brasil Paralelo e algumas abordagens historiográficas sobre o golpe e a Ditadura civil-militar. Aqui não me refiro aos especialistas em História do Brasil que dão entrevista para o documentário, mas sim às pessoas, ainda que não citadas no filme, com trajetórias importantes na academia brasileira e que destinaram anos aos estudos que comportam o período entre 1964 e 1985. Não quero com isso afirmar que estes estudiosos



concordam com o filme ou com as intenções políticas do Brasil Paralelo, mas sim que são flagrantes algumas aproximações entre suas teses e as do documentário.

Os autores que me refiro cujas teses alimentam um projeto do Brasil Paralelo de distorção interpretativa do golpe e da ditadura são o que Melo (2014) chama de revisionistas. O autor aponta que este revisionismo historiográfico se ancora em três teses; a primeira que esquerda e direita foram igualmente responsáveis pelo golpe, a segunda que havia dois golpes em curso na conjuntura de 1964 e a terceira de que a resistência à ditadura não passou de um mito (MELO, 2014, p. 158). No filme, a resistência – independentemente de sua modalidade de operação – é a responsável pelo endurecimento do regime, o que se trata aqui é nada menos do que transformar a vítima em culpada pela própria violência que sofre. Em se tratando das duas primeiras teses, o documentário é explícito em adotá-las.

De modo geral, tenho minhas dúvidas, principalmente pelas questões relativas aos negacionistas/revisionistas do holocausto judeu, sobre se o conceito de revisionismo é adequado para caracterizar esses estudiosos sobre a Ditadura. Penso ser mais viável uma caracterização de crítica historiográfica alinhada à diretrizes hegemônicas do capitalismo. Ademais, Melo faz análises pertinentes sobre a historiografia que análise o processo.

Ao que se refere a primeira e segunda tese desta crítica historiográfica citada acima, é possível constatar nos estudos de Ferreira (2003) a afirmação de que, no processo de construção do golpe, esquerda e direita eram radicais, sectárias e favoráveis às rupturas institucionais, no entanto o autor ainda afirma, de acordo com Melo (2014, p. 162), que a direita era reativa ao comportamento radical das esquerdas, como se fosse praticamente uma vítima daquelas circunstâncias. Sobre a tese de que havia dois golpes em curso (um da direita e outro da esquerda), Gaspari dá combustível para a mesma reconhecendo a existência de um suposto golpe de Goulart: “amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial” (GASPARI, 2002 apud MELO, 2014, p. 166).

Melo (2014) questiona a confiabilidade das evidências usadas por Gaspari para fazer tal afirmação na medida que se caracterizam por cartas de pessoas comprometidas com o golpe à direita, como o embaixador Lincoln Gordon. Ainda se tratando sobre combustíveis que reforçam a segunda tese, existe o trabalho de Villa (2004) sobre Jango que insiste em suas



perspectivas de aplicação de um golpe de Estado no Brasil. Contudo, Melo novamente afirma que o que Villa utiliza como prova para este pensamento é insuficiente uma vez que um memorando de Lincoln Gordon afirmando o desejo de Jango em “conseguir poderes ditatoriais” não parece minimamente convincente (MELO, 2014, p. 167).

Extrapolando um pouco o âmbito específico das três teses, Melo ainda faz uma série de análises e críticas sobre o que chama de historiografia revisionista sobre 1964. Entretanto, o objetivo aqui foi compreender como as principais teses desta específica historiografia surge no discurso histórico do documentário. Ainda que estes intelectuais não sejam entrevistados ou muito menos citados no filme, suas ideias estão impressas firmemente na obra e são apropriadas para confecção de um projeto obscurantista de apreensão histórica através do Brasil Paralelo, apreensão esta que certamente não pode ser atribuída aos autores citados aqui que colaboram com uma historiografia associada à hegemonia capitalista.

Uma última coisa importante para ser abordada é que as teses que Melo tanto critica ganharam destaque na grande imprensa uma vez que, para os veículos midiáticos que declaradamente apoiaram a ditadura – pelo menos em seus primeiros momentos – interessam as abordagens interpretativas dos chamados revisionistas haja vista que, camuflando caráter de classe e atenuando a truculência autoritária do regime ditatorial, os *esqueletos* da grande imprensa ficariam mais escondidos (MELO, 2014, 180). Portanto, por uma questão política do presente em relação à construção de memória sobre um processo antidemocrático no Brasil, uma versão historiográfica alinhada aos ditames hegemônicos interessa fortemente corporações poderosas na produção do imaginário e opinião pública brasileira. Isto nos abre também um outro caminho para analisar a atividade do Brasil Paralelo no que se refere à História Pública ou aos usos públicos da História, o que será tratado na próxima seção.

O Desafio da História Pública Digital

Atualmente quando se fala em História Pública é extremamente necessário levar em consideração as transformações ocorridas na comunicação em decorrência da *internet*. A partir desta perspectiva, e também levando em consideração as complexidades editoriais envolvendo a história e a historiografia, pensar o uso público da história nos remete a questionamentos sobre para quem nós historiadores falamos ou escrevemos, quais são os aspectos e quem molda a consciência histórica brasileira e porque ultimamente temos a incômoda sensação de que a



sociedade se interessa mais por história e menos por historiadores. Compreender a função social da história e do historiador ultrapassando as dimensões escolares são, aparentemente, uma boa forma de refletir sobre todas estas questões.

Ao atuar fora dos ambientes educacionais institucionalizados, o Brasil Paralelo leva isto à risca com muita habilidade propagandística para o seu público alvo. Todo seu conteúdo e suas práticas formadoras estão *online*, 1964 – Entre Armas e Livros já soma mais de 5.5 milhões de visualizações no *Youtube* e é por isto que é indispensável tocar nos temas relacionados à História Pública quando falamos tanto da Organização, quanto deste filme. As redes sociais, em linhas gerais, tornaram-se plataforma onde se concentra a maior e mais diversa plateia disposta a consumir conteúdos históricos, e neste sentido, com o desenho atual de nossa conjuntura sociopolítica, a extrema-direita tem se adaptado melhor a essa forma de comunicação. O Brasil Paralelo e o sucesso de público de seu filme é exemplo inegável.

Se a ascensão do mundo e da vida digital modifica profundamente as relações sociais, não seria diferente com a produção do conhecimento histórico. Podemos enfatizar que atualmente qualquer profissional da História e de outras áreas do conhecimento acesse e precise da *internet* para realizarem suas pesquisas por meio de acessos a acervos de arquivos digitais à comunidades de acadêmicos que utilizam plataformas digitais de publicação e compartilhamento de produções científicas. Serge Noiret é um especialista na área de História Pública e aponta que, a partir do surgimento da *web 2.0* em 2004, as formas de narrativas históricas ficam mais acessíveis através de novas modalidades de escrita na *internet* a partir de blogs e redes sociais (NOIRET, 2015, p. 34). Segue o autor afirmando que esta roupagem virtual permite interatividade possibilitando a intervenção de leitores ao conteúdo original publicado e ampliando o público interessado em *sites* específicos sobre história. Isto cria, ao fim e ao cabo, um imenso fórum virtual descentralizado de discussões diversas sobre conteúdos históricos feitas, inclusive, por pessoas que não passaram pela formação profissional na área.

Com a *internet* também sendo uma imensa plataforma de difusão de conteúdos e a história podendo ser objeto de reflexão de literalmente qualquer pessoa, cabe o questionamento sobre quem são os historiadores e suas plateias hoje no sentido de emissão e recepção de narrativas históricas. Jurandir Malerba propõe-se a refletir sobre estas questões afirmando que o historiador é um agente social hoje multidimensional; o profissional acadêmico treinado nas



universidades que publica em revistas indexadas, ou amador diletante que possui um *blog*, ou mesmo um escritor não historiador que publica *best sellers* (MALERBA, 2017, p. 137). Se o historiador emissor é multidimensional, seus produtos historiográficos também o são, desde os leitores especializados de nós mesmos ao internauta curioso ou leitor diletante que busca suas leituras em guias de consumo literários (MALERBA, 2017, p. 137).

O que o autor está querendo dizer é que existem vários historiadores, várias historiografias e vários públicos possíveis. Nesta perspectiva, o profissional acadêmico perde autoridade e, de certa forma o monopólio, sobre sua própria área na medida que o meio digital possibilita a ampla difusão de qualquer conteúdo relacionado à história. Entretanto, assim como refletir sobre como se escreve a história em tempos digitais, é necessário também examinar a recepção das historiografias e das condições sociais que favorecem um certo tipo de leitura. Ultimamente existe um espectro antiacadêmico que vai na contramão da construção de uma determinada intelectualidade na sociedade brasileira e isto certamente deságua na confecção de uma História pública digital. Não é nada espantoso que no filme 1964 – O Brasil Entre Armas e Livros haja desprezo e depreciação de universidades públicas – onde só se aprende historiografia marxista de acordo com os entrevistados – e pouquíssimos intelectuais de trajetória acadêmica sendo entrevistados. Estes pouquíssimos, não por caso, coadunam de corpo e alma à ideologia protoneoliberal encabeçada pelo conservador nos costumes, liberal na economia.

Faz parte deste mesmo raciocínio a quantidade de blogueiros, vlogueiros e até jornalistas da mídia tradicional que passam longe de ter qualquer formação histórica (ou até qualquer formação) entoarem aos sete mares e aos quatro ventos digitais pérolas como o nazismo ser de esquerda, que o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães era o PT da Alemanha, que não houve nem golpe e nem ditadura no Brasil, etc. Este fenômeno não se restringe à História e aqui cabe solidariedade aos colegas físicos e biólogos diante da quantidade de pessoas que acreditam que a Terra é plana depois de assistir um vídeo na *internet*.

A situação torna-se ainda mais preocupante quando temos uma sociedade que se interessa por história, mas não por historiadores. Noiret comenta uma pesquisa do fim da década de 1990 e início do século XXI focadas em averiguar a presença do passado na sociedade americana, australiana e canadense e o resultado angustiante mostra que o público prefere



acessar o passado sem a interferência de mediadores, que neste caso são os historiadores, optando por ter contato com a história através de instituições como museus, parques históricos e outras instituições que trabalham com a memória (NOIRET, 2015, p. 37). Atualmente este interesse de acessar a história sem a presença de historiadores pode ser expandido para o meio digital.

Diante de tamanhas complexidades e dificuldades, a inquietação que fica diz respeito a como nós, historiadores, poderemos lidar com este desinteresse público por nós mesmos. Existem várias tentativas com relativos sucessos de inserção de historiadores de forma mais massiva em ambientes editoriais e mídia tradicional. No entanto, alternativa mais óbvia para fazer frente diante da situação atual reside em usar a *internet* como forma de alcançar o maior público possível e canalizar seus interesses para reflexões históricas qualificadas. Isto já acontece, posso citar os exemplos do portal e canal de vídeos no *Youtube* Café História criado por Bruno Leal⁶, o *blog* Brasil Recente de Carlos Fico⁷, o canal O Historiador de Carlito Neto⁸ e outro canal chamado Jones Manoel⁹ criado pelo próprio Jones que, no próprio vídeo de apresentação, afirma tê-lo criado para confrontar os canais de direita na própria plataforma do *Youtube*. Manoel também posiciona o canal como comunista e marxista. Em outras palavras, ele se coloca como força contra-hegemônica diante da dominância conservadora ou reacionária nesta plataforma de vídeos digitais.

Estas iniciativas citadas acima obviamente são importantes e necessárias para o enfrentamento às dimensões antiacadêmicas, no entanto, ainda fica a sensação de que, mesmo que se proponham e esforcem para atingir o grande público, parecem conversar mais com o público especializado dos historiadores profissionais ou em vias de profissionalização. De toda forma, acredito ser fundamentalmente relevantes reflexões e buscas constantes de formas de historiadores atingirem o grande público. O principal elemento pra isto acontecer, que é o interesse da sociedade pela história, já existe, resta a nós termos mais participação na formação da consciência histórica da sociedade enfrentando de maneira intensa movimentos que constroem narrativas históricas de maneiras intelectualmente desonestas.

⁶ Consultar: <https://www.cafehistoria.com.br/> e <https://www.youtube.com/user/cafehistoriatv>.

⁷ Consultar: <http://www.brasilrecente.com/>.

⁸ Consultar: <https://www.youtube.com/channel/UC5ZXYxeWIROKbL7JziJ0bIQ>.

⁹ Consultar: <https://www.youtube.com/channel/UC02coXfDPjEmU8uDT2G8Z2A>.



Referências

DREIFUSS, René. **1964 – a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, 2017.

MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra. (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Linc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo no Brasil. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VILLA, Marco Antonio. **Jango, um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo, 2004.